

ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS DO SPN APROVOU PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2006

Plano de actividades

A actividade do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) em 2006 continuará a desenvolver-se à luz dos grandes princípios orientadores da acção sindical que abraçamos quando nos constituímos como sindicato. Continuaremos a nortear o nosso trabalho por um contacto intenso com os professores nas escolas, percebendo e identificando os seus anseios, as suas dúvidas, as suas potencialidades, os constrangimentos a que está sujeito o seu trabalho, os seus desejos de mudança e de intervenção activa na construção de uma Escola melhor, mais universal e mais justa no que se refere à criação de condições de igualdade de oportunidades para todos os que a frequentam, bem como para aqueles que prematuramente a abandonaram.

Prosseguiremos uma acção determinada e consistente no sentido do reforço de laços de solidariedade que devem, hoje mais que nunca, percorrer os espaços sindicais em todas as suas dimensões, desde a estritamente profissional até uma abrangência de interesses dos trabalhadores portugueses em geral e ainda dos trabalhadores de todo o mundo, educadores ou não, na criação de um lastro internacionalista orientado para a ideia de que *outro mundo é possível*, menos discriminatório e mais justo, menos egoísta e mais fraterno, menos assimétrico e mais projectado para o bem-estar de todos e para a criação de condições de vida em dignidade de todos os povos, nomeadamente no que se refere ao papel da Educação nos objectivos do milénio.

Valorizaremos e procuraremos dignificar, pela assiduidade, mas também pela qualidade da nossa intervenção, os espaços organizacionais em que participamos de pleno direito, desde a Fenprof à CGTP-IN, passando pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, pela Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, pelas Uniões de Sindicatos, bem como pelo aprofundamento de relações de amizade e proximidade com as organizações sindicais congéneres da Galiza e pela intervenção atenta e activa em espaços internacionais que cabem à Fenprof, desde a CPLP - Sindical de Educação até à Internacional de Educação. Neste âmbito, acompanharemos com particular atenção o processo, em curso, de constituição de uma Central Mundial de Trabalhadores resultante da extinção das duas principais confederações existentes e que conduzirá ao aparecimento de uma outra estrutura sindical mundial.

Num plano mais específico, mas determinante no que se refere às preocupações sociais que subjazem à nossa intervenção global, continuaremos a inscrever no orçamento 1% das nossas receitas para a área da Educação para o Desenvolvimento – matéria em que somos pioneiros no conjunto do movimento sindical docente –, procurando assim criar condições para alimentarmos projectos exequíveis que revertam para um percurso de exercício efectivo de solidariedades concretas, assentes em boas práticas e geradoras

de soluções positivas para problemas concretos, mesmo que mais ou menos pontuais.

Em 2006 inverteremos, de forma forçada, uma das vertentes características da nossa actividade de alguns anos a esta parte. Referimo-nos à formação contínua financiada pelo PRODEP, financiamento que possibilitava uma actividade regular dos nossos dois centros de formação – o do SPN e o do IIL/Norte –, prestigiados junto dos professores e com um papel reconhecido pelas instâncias reguladoras da formação contínua. Os drásticos cortes de financiamento, da responsabilidade deste Governo e desta equipa dirigente do Ministério da Educação – que, na prática, levam a zero o financiamento da importante intervenção que vínhamos desenvolvendo neste domínio – implicavam que, para prosseguirmos a nossa intervenção, tivéssemos que nos substituímos ao Estado para financiar a formação contínua de professores segundo os planos que tínhamos delineado para este ano. A decisão da Direcção do SPN foi, naturalmente, de não enveredar por esse caminho, atribuindo responsabilidades a quem efectivamente as tem e – ao mesmo tempo que assumimos que este ano não realizaremos qualquer acção de formação contínua nestes moldes – denunciando a opção política assumida neste domínio, reveladora da asfixia governamental que impende sobre a formação de professores.

De forma não substitutiva, mas alimentadora de uma preocupação central do projecto sindical que o SPN abraçou desde a sua fundação, iremos desenvolver, de forma distribuída no tempo e nas 15 Áreas Sindicais em que nos organizamos, as habituais Jornadas Pedagógicas – espaços também dirigidos para a formação dos professores que, não cumprindo todos os objectivos que orientavam a intervenção dos centros de formação, cumprem o importante papel de disponibilizar espaços de reflexão, discussão, troca de experiências e análise de problemas que significam espaços de formação profissional sempre necessários.

Durante o ano civil a que se reporta este Plano de Actividades há que salientar, pela sua importância, a realização da Conferência de Organização, uma das ideias fortes do programa da lista concorrente às últimas eleições sindicais, que a proponha para o primeiro ano de mandato da futura Direcção. Agendada para Maio de 2006, esta realização merecerá particular atenção dos Corpos Gerentes em exercício e procurará ser um momento alto de reflexão sobre o sindicalismo, a influência do SPN, a sua inserção nas escolas e nos professores, os resultados que já atingiu e os que ambiciona atingir, os processos que norteiam a sua acção e o equacionar de novas formas de intervenção, os dilemas com que se debate a Educação e o papel dos professores. Enfim, uma reflexão larga, que se pretende crítica e criativa, e que contribua para o reforço do SPN na região Norte.

Sendo o ano de 2006 continuador da violenta ofensiva contra os professores, os seus direitos e a sua dignidade profissional, desencadeada pelo Governo desde que iniciou a sua actividade; transpondo-se de um ano civil para outro matérias e decisões que levaram já ao desencadear de fortes lutas docentes; e encontrando-se calendarizada para Março uma delicadíssima revisão do

Estatuto de Carreira Docente em que se vislumbram já os contornos de nova vaga de ataque aos direitos e ao perfil profissional dos docentes, é mais que previsível o desencadear de novas acções de luta que os professores serão chamados a desenvolver. Na defesa dos interesses da classe que representamos, regional e nacionalmente, usaremos todos os recursos de acção e de luta ao nosso alcance, desde uma imediata onda de reuniões pelas escolas até à realização de greves nacionais que venham a surgir nesse horizonte de luta, passando pela realização de plenários de professores e manifestações, entre outras formas de intervenção que se revelem ajustadas a cada momento e que contribuam para reforçar a unidade que a classe docente será, uma vez mais, chamada a demonstrar na resistência a esta ofensiva governamental.

2006 corresponde também ao ano em que o nosso órgão de informação oficial («SPN-Infomação») abandona o formato de jornal e aparecerá, já a partir de Fevereiro, no formato de revista, renovado também no seu conteúdo, mais regular na sua periodicidade e mais atractivo, como se espera, no veicular da informação para os associados, esperando destes algum retorno traduzido quer na emissão de opiniões próprias, quer na colaboração que prestem ao enriquecimento da sua linha editorial. A informação mais conjuntural, mas que se revele decisiva para as escolas e os professores em cada momento, será garantida através de materiais próprios destinados a serem usados em placar sindical, através de um suporte próprio que identifique bem esse tipo de informação.

Também «A Página da Educação», já com 15 anos de vida, bem como a edição regular de livros de autor enquadrados no activo e prestigiado trabalho da ProfEdições (de que o SPN é sócio maioritário), prosseguirão a sua actividade, dando corpo a uma linha de intervenção simultaneamente aberta, crítica, atenta e interveniente sobre tudo o que vai ocorrendo no mundo da educação, e da política em geral, em Portugal e no resto do mundo.

Desenvolveremos, ainda, dentro das nossas possibilidades, uma actividade cultural resultante de iniciativas próprias ou de divulgação e apoio a outras que valorizemos devidamente, e que permita aos nossos associados usufruírem de espaços neste domínio. O mesmo relativamente ao acrescentar de outras regalias sociais que possam ser postas ao serviço dos interesses dos sócios. Mas a tarefa central para que carrilaremos a vontade, a dedicação e o empenhamento de todos os nossos dirigentes continuará a estar voltada para o apoio e o atendimento de sócios nas 15 delegações e nos milhares de escolas que compõem a rede escolar da área geográfica da nossa intervenção, trabalho que tem que ser acompanhado por uma rede intensa e activa de delegados sindicais, devidamente ligados ao trabalho global dos dirigentes e que com estes possam interagir mais proficuamente no futuro.

Orçamento

991	CUSTOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA	1.411.450,00	45,08%
9911	Encargos salariais	871.250,00	
9912	Honorários	131.200,00	

9913	Instalações	110.000,00	
9914	Comunicações	160.000,00	
9915	Despesas bancárias	45.000,00	
9916	Reparações e assistências técnicas	26.000,00	
9917	Outros custos de funcionamento	68.000,00	
992	QUOTIZAÇÕES	502.750,00	16,06%
9921	FENPROF	300.000,00	
9922	Conf. Portuguesa de Quadros Téc. e Científicos	11.000,00	
9923	Universidade Popular do Porto	1.500,00	
9924	Instituto Irene Lisboa	5.000,00	
9925	ATTAC	250,00	
9926	CGTP-IN	125.000,00	
9927	Uniões de sindicatos	60.000,00	
993	INICIATIVAS CONJUNTAS E SOLIDARIEDADE	28.650,00	0,92%
9931	Frente Comum	1.900,00	
9932	CGTP-IN	15.700,00	
9934	25 de Abril	3.000,00	
9935	FENPROF	850,00	
9937	Solidariedade com outras estruturas	550,00	
9938	Conf. Portuguesa de Quadros Téc. e Científicos	650,00	
9939	Outras iniciativas	6.000,00	
994	INVESTIMENTOS	140.000,00	4,47%
9941	Equipamentos	100.000,00	
9942	Sedes	40.000,00	
995	ACTIVIDADE SINDICAL	1.022.210,00	32,65%
9951	Funcionamento da estrutura da Direcção	86.700,00	
9952	Departamentos	839.510,00	
995212	Apoio aos Sócios	167.000,00	
995213	Educação para o Desenvolvimento	31.310,00	
995215	Gestão e Avaliação do Sistema Educativo	10.000,00	
995216	Formação	55.000,00	
995217	Organização Sindical	75.000,00	
995218	Informação	482.000,00	
995219	Educação Básica	10.000,00	
995220	Ensino Secundário	700,00	
995222	Ensino Particular e Cooperativo	5.600,00	
995223	Ensino Superior	2.200,00	
995224	Ensino ao Longo da Vida / Recorrente	700,00	
9953	Áreas Sindicais	96.000,00	
995311	S. M. Feira	5.100,00	
995312	S. J. Madeira	6.100,00	
995313	Braga	8.900,00	
995314	Guimarães	2.600,00	
995315	V. N. Famalicão	6.200,00	
995316	Bragança	6.200,00	
995317	Mirandela	3.000,00	
995318	Porto	28.000,00	
995319	Póvoa	4.300,00	
995320	Amarante	8.400,00	
995321	Penafiel	2.000,00	
995322	Viana do Castelo	3.600,00	
995323	Monção	1.400,00	
995324	Vila Real	3.500,00	
995325	Chaves	6.700,00	
	TOTAL CUSTOS	3.105.060,00	

	FUNDO RESERVA	25.940,00	0,83%
9954	QUOTAS	3.131.000,00	100%